



**O LUGAR DA CULTURA NA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA:  
UMA ANÁLISE DO MERCOSUL CULTURAL NO CONTEXTO DO  
REGIONALISMO PÓS-LIBERAL**

*EL LUGAR DE LA CULTURA EN LA INTEGRACIÓN REGIONAL  
SUDAMERICANA: UN ANÁLISIS DEL MERCOSUR CULTURAL EN EL  
CONTEXTO DEL REGIONALISMO POSLIBERAL*

*THE PLACE OF CULTURE IN SOUTH AMERICAN REGIONAL INTEGRATION:  
AN ANALYSIS OF MERCOSUR CULTURAL IN THE CONTEXT OF  
POST-LIBERAL REGIONALISM*

Valéria Teixeira Graziano<sup>1</sup>   
Universidad de Salamanca, Espanha

Mónica Guariglio<sup>2</sup>   
Universidad Nacional de Avellaneda, Argentina

**Resumo:** Considerando a conformação, neste início de século XXI, do ciclo progressista latino-americano e do denominado regionalismo pós-liberal, bem como a evolução da política cultural internacional, o artigo aborda os impactos de tais transformações para a integração cultural sul-americana, discutindo os avanços, limites e contradições que marcaram o Mercosul Cultural entre 2003 e 2015. A partir de análise documental e de discussões teóricas relacionadas ao regionalismo, às políticas culturais e ao pensamento descolonial latino-americano, o trabalho discute questões como o discurso sobre a cultura nos âmbitos político-diplomáticos do bloco; o fortalecimento institucional e o financiamento da cultura; o desenvolvimento de projetos culturais regionais; a construção de uma diplomacia cultural regional; e os desafios relacionados à transversalidade da cultura. Embora o Mercosul Cultural tenha avançado, no período

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidad de Salamanca, Espanha. Mestra em Estudos Culturais (USP). Mestra em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional (UNB). Email: [valeriagraziano@gmail.com](mailto:valeriagraziano@gmail.com). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3585-0163>

<sup>2</sup> Diretora da Cátedra UNESCO "Diversidad cultural, creatividad y políticas culturales" da Universidad Nacional de Avellaneda (UNDAV), Argentina. Professora da Licenciatura em Gestión Cultural da UNDAV. Licenciada em Derecho pela Universidad Nacional de Buenos Aires (UBA). E-mail: [mguariglio@undav.edu.ar](mailto:mguariglio@undav.edu.ar) / [catedraunesco@undav.edu.ar](mailto:catedraunesco@undav.edu.ar).

analisado, na consolidação de um espaço privilegiado de cooperação cultural regional e de diplomacia cultural, suas conquistas foram limitadas pela baixa institucionalidade da cultura nos âmbitos nacionais e sua não priorização nas agendas políticas dos governos desse período. Desse modo, o trabalho visa contribuir para o debate sobre o lugar da cultura no desenvolvimento regional e sua centralidade para a construção de um projeto de integração latino-americano contra-hegemônico, autônomo e emancipador.

**Palavras-chave:** Mercosul Cultural; Cooperação Cultural Regional; Diplomacia Cultural Regional; Integração Regional Sul-Americana; Políticas Culturais.

**Resumen:** Considerando la formación, a principios del siglo XXI, del ciclo progresista latinoamericano y del denominado regionalismo posliberal, así como la evolución de la política cultural internacional, el artículo aborda los impactos de tales transformaciones para la integración cultural sudamericana, discutiendo los avances, límites y contradicciones que marcaron el Mercosur Cultural entre 2003 y 2015. A partir del análisis documental y de discusiones teóricas relacionadas con el regionalismo, las políticas culturales y el pensamiento descolonial en América Latina, el trabajo discute cuestiones como el discurso sobre la cultura en el esferas político-diplomáticas del bloque; el fortalecimiento institucional y el financiamiento de la cultura; el desarrollo de proyectos culturales regionales; la construcción de una diplomacia cultural regional; y los desafíos relacionados con la transversalidad de la cultura. Si bien el Mercosur Cultural ha avanzado en el período analizado para la consolidación de un espacio privilegiado para la cooperación cultural regional y la diplomacia cultural, sus logros se vieron limitados por la baja institucionalidad de la cultura en los ámbitos nacionales y su falta de priorización en las agendas políticas de los gobiernos de ese período. De esta forma, el trabajo pretende contribuir al debate sobre el lugar de la cultura en el desarrollo regional y su centralidad para la construcción de un proyecto de integración latinoamericano contrahegemónico, autónomo y emancipador.

**Palabras clave:** Mercosur Cultural; Cooperación Cultural Regional; Diplomacia Cultural Regional; Integración Regional Sudamericana; Políticas Culturales.

**Abstract:** Considering the formation, at the beginning of the 21st century, of the Latin American progressive cycle and the so-called post-liberal regionalism, as well as the evolution of international cultural policy, the article addresses the impacts of such transformations on South American cultural integration, discussing the advances, limits and contradictions that marked Mercosur Cultural between 2003 and 2015. Based on document analysis and theoretical discussions related to regionalism, cultural policies and decolonial perspectives in Latin America, the work discusses issues such as the discourse on culture in the political-diplomatic spheres of the

bloc; institutional strengthening and financing of culture; the development of regional cultural projects; the construction of a regional cultural diplomacy; and the challenges related to the transversality of culture. Although Mercosur Cultural has advanced in the period analyzed in consolidating a privileged space for regional cultural cooperation and cultural diplomacy, its achievements were limited by the low institutionality of culture at national levels and its lack of prioritization in the political agendas of the governments of that period. In this way, the work aims to contribute to the debate on the place of culture in regional development and its centrality for the construction of a counter-hegemonic, autonomous, and emancipatory Latin American integration project.

**Keywords:** Mercosur Cultural; Regional Cultural Cooperation; Regional Cultural Diplomacy; South American Regional Integration; Cultural Policies.

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.193244](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2022.193244)

*Recebido em: 08/12/2021  
Aprovado em: 30/06/2022  
Publicado em: 03/07/2022*

## **1. Introdução**

As mudanças políticas que caracterizaram a virada do século XXI na América Latina e que deram origem à chamada onda rosa resultaram, no âmbito da integração regional, na transição do denominado regionalismo aberto para o regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico. Neste mesmo período, a evolução da política cultural internacional impactou de maneira significativa as políticas públicas de cultura nacionais e regionais. Neste sentido, o trabalho tem como objetivo discutir os impactos de tais transformações para a integração cultural sul-americana, por meio da análise dos avanços, limites e contradições que marcaram o Mercosul Cultural entre 2003 e 2015. Com base em discussões teóricas nos campos do regionalismo, da cultura e das políticas culturais, bem como no pensamento descolonial latino-americano, pretende-se, ainda, discutir o lugar da cultura na integração regional latino-americana.

Para tanto, foi realizada análise documental, incluindo declarações presidenciais, decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) e atas da Reunião de Ministros da Cultura (RMC), bem como de outros órgãos do

bloco vinculados às temáticas sociais e de direitos humanos. Serão discutidos, de maneira específica, a retórica da cultura nos discursos político-diplomáticos do bloco; o fortalecimento institucional da RMC e o financiamento da cultura no Mercosul; o desenvolvimento de projetos de cooperação cultural regional, como o Selo Mercosul Cultural e o Sistema de Informação Cultural do Sul (SICSUR); a construção de uma diplomacia cultural regional; e os desafios relacionados à transversalidade da cultura.

Desse modo, espera-se contribuir com os debates sobre caminhos possíveis para o aprofundamento da integração cultural no âmbito do Mercosul e para sua projeção como ator relevante no contexto global, bem como com as reflexões sobre a centralidade da cultura para a construção de um projeto de integração regional autônomo e emancipador.

## **2. Do regionalismo aberto ao regionalismo pós-liberal**

As profundas crises econômicas e sociais que marcaram a América Latina nas décadas de 1980 e 1990, somadas aos processos de redemocratização, levaram ao fortalecimento de movimentos organizados por grupos étnico-culturais historicamente subalternizados. A partir de agendas comuns em torno da chamada *globalização contra-hegemônica* (SANTOS, 2010), articularam alianças que foram fundamentais para a chegada ao poder de governos progressistas em diversos países da região no início dos anos 2000. Embora tenham sido eleitos com projetos político-ideológicos bastante distintos, a vinculação com setores populares e a compreensão comum sobre a necessidade de fortalecimento do Estado levaram à caracterização desse período como *progressismo latino-americano* ou, ainda, como *onda ou maré rosa*<sup>3</sup>.

No âmbito da integração regional, o entendimento de que a globalização neoliberal aprofundou as crises na região fez com que o chamado *regionalismo aberto* desse lugar a “nuevos modelos de regionalismo, integración y cooperación que, en general, reflejaban las

---

<sup>3</sup> Sobre o progressismo latino-americano, ver Santos (2018) e Leite, Uemura e Siqueira (2018).

nuevas visiones sobre el papel del Estado, la economía, la política, las relaciones con Estados Unidos y la inserción política y económica internacional” (BERNAL-MEZA, 2013, p. 04). Para além da pauta econômico-comercial, a nova agenda de integração regional priorizou a redução de assimetrias e reforçou o vínculo entre desenvolvimento e integração regional. Ademais, buscou fortalecer a autonomia do bloco em negociações multilaterais, colocando fim ao projeto de criação de uma Área de Livre-Comércio das Américas (Alca), proposta pelos Estados Unidos, e dando origem a iniciativas que compuseram o *regionalismo pós-liberal* ou *pós-hegemônico*<sup>4</sup>, incluindo a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Aliança Bolivariana (ALBA) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

No que se refere ao Mercosul, o *Consenso de Buenos Aires*, firmado em 2003 entre Argentina e Brasil, é considerado um marco ao destacar a relevância das dimensões política e social para a consolidação da integração regional. A partir dessa nova orientação, o bloco investiu em agendas voltadas à transformação social, cidadania, democratização e direitos humanos. Rodríguez-Patrinós (2014) explica que o caráter político e social do Mercosul foi reforçado, ainda, pela entrada da Venezuela como membro pleno em 2012 e pelo processo de adesão da Bolívia a partir de 2015 (não concluído). A autora entende que, apesar dos desafios relacionados à sua natureza geopolítica e intergovernamental, o MERCOSUL avançou, neste período, “hacia un modelo de desarrollo integrado que jerarquiza nuevas agendas y actores, a la vez que construye y fortalece una institucionalidad regional capaz de gestionar un modelo multidimensional de integración” (RODRÍGUEZ-PATRINÓS, 2014, p. 95).

Considerando as transformações que marcaram o ciclo do regionalismo pós-liberal (SANAHUJA, 2008), analisaremos na próxima seção como estes novos contextos nacionais, regional e internacional

---

<sup>4</sup> Conceitos adotados por diferentes autores para ressaltar a transição de uma etapa de integração econômica neoliberal para um modelo baseado no fortalecimento do papel do Estado, na priorização das agendas política e social e na construção de uma integração positiva (LO BRUTTO; CRIVELLI, 2019). Nesta pesquisa, adota-se o conceito de regionalismo pós-liberal tal como proposto por Sanahuja (2008), para quem esta nova etapa vincula-se ao retorno da agenda de desenvolvimento, definindo um pós-Consenso de Washington.

impactaram o campo das políticas culturais e a construção de uma nova diplomacia cultural regional no âmbito do Mercosul.

### **3. Política cultural internacional e o novo contexto regional**

Neste cenário em que os governos progressistas latino-americanos buscaram reforçar o papel do Estado no desenvolvimento, as políticas culturais ganharam espaço nas agendas nacionais. O fortalecimento das políticas públicas de cultura neste período expressou-se, por exemplo, na aprovação de planos e programas de governo que estabeleceram objetivos e metas de longo prazo. Destaca-se, ainda, o fortalecimento das estruturas institucionais nacionais, incluindo a criação de ministérios de cultura em diversos países da região.

Além desse novo panorama político regional, para compreender a integração cultural latino-americana neste início de século é preciso considerar também a evolução do debate sobre cultura no âmbito da política internacional. Um marco importante neste sentido é a *Conferência Mundial sobre Políticas Culturais* (Mondiacult), realizada no México em 1982, cuja declaração final avança amplia o conceito da cultura e “expande o campo de possibilidades, competências e responsabilidades de atuação dos Estados no que se refere às suas políticas públicas para a cultura, tanto na esfera interna quanto externa” (LIMA, 2014, p.29). A partir dos anos 1990, a cultura se consolida como campo autônomo nas relações internacionais, afastando-se da concepção tradicional de diplomacia cultural vigente até então, limitada à noção de *soft power*. A adoção de concepções de políticas culturais mais abrangentes e a ampliação da agenda temática resultaram na criação de uma nova arquitetura de governança da cultura e na aprovação de instrumentos multilaterais, tais como a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural* (2001); a *Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais* (2005); e a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (2003).

No âmbito latino-americano, o compromisso de Acapulco, firmado em 1987 pelo Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), assumiu a integração cultural como um de seus objetivos. Em sua reunião seguinte, o grupo acordou iniciativas como a criação da Biblioteca Popular da América Latina e o Caribe, o Fundo Latino-Americano para o Desenvolvimento da Cultura e o Fundo Latino-Americano das Artes. Todavia, tais propostas não chegaram a sair do papel e as questões culturais foram perdendo espaço nas negociações seguintes (RADL, 2000). Na década de 1990, por iniciativa do Brasil, foi estabelecido um mecanismo regional que ficou conhecido como *Encontros de Ministros de Cultura e Responsáveis por Políticas Culturais da América Latina e Caribe*.

Bayardo García (2010, p.56) explica que a retomada do debate sobre políticas culturais na região na virada do século, depois de seu relativo abandono na década de 1980, relaciona-se com as ameaças que as transformações do comércio internacional representavam para as políticas culturais e os direitos culturais. As negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre bens, serviços e propriedade intelectual, as quais previam a liberalização total do comércio internacional na Rodada de Doha (2005), impactaram de maneira decisiva os debates no seio da Unesco. Após ampla articulação internacional de governos e movimentos da sociedade civil, foi aprovada em 2001 a *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, a qual aborda a estreita relação entre diversidade cultural, desenvolvimento, políticas culturais e direitos culturais. Posteriormente, em 2005, foi aprovada a *Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, segundo a qual “os bens e serviços culturais comunicam identidades, valores e significados e, por isso, não podem ser considerados meras mercadorias ou bens de consumo quaisquer” (UNESCO, 2005).

As concepções ampliadas de cultura que passam a orientar a política internacional a partir da década 1990 contribuíram para a emergência de uma nova geração de políticas culturais, centradas na promoção da diversidade cultural e na sua relação com a justiça social, assim como para

sua consolidação como campo autônomo nas relações internacionais. Na América Latina, resultaram no fortalecimento da agenda da cultura nos espaços institucionais voltados à integração regional, em especial no âmbito do Mercosul, como discutiremos a seguir.

#### **4. A agenda da cultura no MERCOSUL: dos primórdios à 2003**

Embora o Tratado de Assunção, firmado em 1991, não mencione a cultura como dimensão estratégica para a integração regional, logo no ano seguinte foi criada a Reunião Especializada de Cultura (MERCOSUL/GMC/RES. n° 34/92), que realizou seu primeiro encontro três anos depois, em 1995. Neste ano, foi substituída pela Reunião de Ministros da Cultura (MERCOSUL/CMC/DEC. n° 02/95), a partir da qual foram estabelecidas quatro comissões técnicas, formando o chamado *Mercosul Cultural*. Como afirmam Wortman e Lessa (2020, p. 132), a constituição do Mercosul Cultural representa um marco importante para as políticas culturais sul-americanas, pois representa a “primeira experiência regional institucional na área da cultura”. Até então, “pouco ou quase nada existia no âmbito de uma política para as relações culturais sul-americanas” (LESSA, 2017, p. 42).

A relevância da cultura para a integração regional sul-americana está presente nos discursos dos presidentes e autoridades políticas do bloco desde os seus primórdios. No Comunicado Conjunto de 1995, os Presidentes do Mercosul “destacaron la dimensión múltiple del proceso de integración y, en particular, de sus aspectos sociales y culturales”. Neste sentido, aprovaram o *Programa de Acción del Mercosur hasta el año 2000* (MERCOSUR/CMC/DEC. n° 9/95), que incluía a cultura como uma de suas dimensões. De acordo com o documento,

El objetivo en esta área es fomentar la difusión de las manifestaciones artísticas, los valores y las formas de vida de los pueblos de los Estados-Partes, sin perjuicio de la identidad cultural



de cada uno de ellos, poniendo de relieve el patrimonio cultural común y promover el desarrollo de la cultura. Estos objetivos se alcanzarán a través de la elaboración de programas y proyectos para mejorar la difusión de las expresiones culturales y del conocimiento de la historia de la región, para la conservación y protección del patrimonio cultural y el fomento de los intercambios culturales y el apoyo a la creación artística (MERCOSUR/CMC/DEC. n.º 9/95).

No ano seguinte, em 1996, foi aprovado o *Protocolo de Integração Cultural* (MERCOSUL/CMC/DEC. n.º 11/96), sobre o qual os Presidentes expressaram “sua convicção de que o referido instrumento em muito contribuirá para estimular o intercâmbio cultural entre os Estados Partes e para divulgar a dimensão cultural do MERCOSUL no mundo”. O protocolo apresenta propostas inovadoras, como seu artigo 8, que antecipa os princípios da *cooperação cultural internacional*, eixo central da *Convenção da Unesco sobre a promoção e a proteção da diversidade das expressões culturais* (2005), ao estabelecer que “cada Estado Parte protegerá, em seu território, os direitos de propriedade intelectual das obras originárias dos outros Estados Partes, de acordo com sua legislação interna e com os tratados internacionais”. Alguns projetos recentes da RMC, como o SICSUR e o Selo Mercosul Cultural, remetem às orientações contidas neste documento fundador.

Apesar desses avanços iniciais, levaria um tempo para que estas ideias ganhassem densidade e concretude. A dimensão cultural não aparece de maneira substantiva nos comunicados presidenciais dos anos seguintes e a análise das atas da RMC deste período revelam seu perfil declaratório, baseadas essencialmente no apoio a iniciativas nacionais de cada Estado membro. Destaca-se, nas atas analisadas, a ausência de propostas de caráter regional até o ano de 2003. Somente em 2002, no contexto das discussões globais que resultaram na aprovação da *Declaração Universal da Diversidade Cultural* (2001), a cultura volta a ser mencionada pelas instâncias políticas. Naquele ano, pela primeira vez o tema da diversidade cultural aparece nos discursos presidenciais, ao reconhecerem “el valor de la identidad y de la diversidad cultural en el marco de la globalización” (MERCOSUL/CMC/ATA 02/ANEXO 2/2002). No

comunicado do ano seguinte, aparece explicitamente o posicionamento do Mercosul em defesa da adoção de uma convenção voltada ao tema, demonstrando a importância do bloco para a coordenação de posições conjuntas em negociações multilaterais, neste caso vinculadas às disputas comerciais no âmbito da OMC.

A partir de então, o Mercosul Cultural iniciou a construção de uma agenda própria, com o desenvolvimento de ações conjuntas e projetos, de fato, regionais. Para Lessa (2017, p. 29), antes da criação do Mercosul Cultural, “as relações culturais latino-americanas eram, sobretudo, de caráter bilateral, intermitentes, de indiscutível alcance, concebidas como ações diplomáticas isoladas sempre limitadas por restrições orçamentárias”. Analisaremos, na próxima seção, os principais projetos desenvolvidos neste âmbito entre 2003 e 2015, discutindo os avanços e limites para a consolidação de uma agenda de integração cultural regional.

## **5. Regionalismo pós-liberal: o Mercosul cultural entre 2003 e 2015**

É no período de transição para o regionalismo pós-liberal que as reuniões protocolares, limitadas ao compartilhamento de informações nacionais, dão lugar a uma nova etapa do Mercosul Cultural, marcada pela ampliação de sua estrutura institucional e pela dinamização de sua agenda. A partir de 2004, pode-se notar o aumento substancial das menções às questões culturais nos comunicados dos presidentes, o que certamente se relaciona com a evolução dos debates sobre políticas culturais no âmbito internacional, mas também como reflexo das mudanças no cenário político latino-americano e seus impactos para o Mercosul Cultural.

No contexto das negociações para a criação de uma convenção sobre diversidade cultural, os presidentes do bloco aprovam a criação da Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUR (RECAM), reconhecendo “la necesidad de adoptar políticas y medidas que garanticen el derecho de los pueblos de la región a producir y

acceder a los contenidos cinematográficos y audiovisuales que expresen nuestra identidad y diversidad cultural” (MERCOSUR/CMC/ATA 01/2004/ANEXO 02). Destaca-se, ainda, o apoio dos presidentes ao projeto desenvolvido pela RMC intitulado *Itinerário Cultural Andino/ Qhapaq Ñan*, reconhecendo “tratarse de proyecto de integración que supone un alto impacto sobre el desarrollo regional, teniendo la cultura como eje articulador” (MERCOSUR/CMC/ATA 02/2004/ANEXO 02). Assim, a relação entre cultura, desenvolvimento e direitos culturais vai sendo reforçada politicamente no âmbito do bloco. Contudo, tais declarações não se desdobraram na incorporação efetiva das políticas culturais nos projetos estratégicos e político-diplomáticas do bloco, que seguiram reproduzindo, como constatado na análise documental, uma visão bastante limitada acerca da cultura.

Apesar disso, a RMC ampliou e aprofundou os debates nos distintos campos das políticas culturais e logrou consolidar, a partir de 2003, uma dinâmica em torno de projetos comuns que levou à sua gradual consolidação como espaço estratégico de cooperação regional e de articulação de uma diplomacia cultural sul-americana.

## **5.1 Fortalecimento institucional e financiamento da cultura no Mercosul**

Embora o estabelecimento de estruturas institucionais e de financiamento sejam centrais para a concretização da cooperação regional, somente no contexto do regionalismo pós-liberal foram aprovadas decisões voltadas ao fortalecimento do Mercosul Cultural. A primeira decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) neste sentido foi aprovada em 2006, mas somente a partir de 2010 são identificados avanços concretos. Neste ano, foi aprovada a proposta argentina para instalação da Secretaria Permanente da RMC naquele país (MERCOSUL/RMC/ATA N° 02/2010), que passou a funcionar em 2011. Em 2012, foi aprovada a *Estrutura Orgânica e Regulamento Interno do Mercosul Cultural* (MERCOSUL/CMC/DEC. N° 15/12

<sup>5</sup>), a qual responde à necessidade de “fortalecer a institucionalidade, operatividade e articulação entre as instâncias da Reunião de Ministros da Cultura”, assim como “garantir a consolidação e continuidade dos programas e projetos desenvolvidos por este âmbito”. Atualmente, integram o Mercosul Cultural: a RMC; o Comitê Coordenador Regional (CCR); a Comissão do Patrimônio Cultural (CPC); a Comissão de Artes (CA); a Comissão de Economia Criativa e Indústrias Culturais (CECIC); a Comissão de Diversidade Cultural (CDC), o Fórum do Sistema de Informação Cultural do MERCOSUL (SICSUR); e a Secretaria do MERCOSUR Cultural (SMC). A análise das atas deste período demonstra que a criação dessas comissões foi fundamental para que o Mercosul Cultural evoluísse de instância política de encontros protocolares de autoridades para um espaço de concertação e coordenação regional, a partir de discussões técnicas especializadas e do desenvolvimento de projetos de cooperação cultural.

O debate sobre a criação de um fundo comum aparece nas atas da RMC pela primeira vez em 2003. No ano seguinte, a RMC solicitou ao Fórum de Consulta e Concertação Política (FCCP) a criação de um fundo especial na Secretaria do Mercosul para receber recursos destinados à cultura (MERCOSUL/RMC/ATA n° 01/2004), mas tal proposta não avançou. Neste mesmo ano, foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) como estratégia de redução de assimetrias no plano regional (MERCOSUR/CMC/DEC n° 45/04). Considerando a baixa visibilidade da RMC na comunicação institucional do bloco, e entendendo que essa ausência da agenda da cultura refletia a visão das instâncias político-diplomáticas do Mercosul com relação ao lugar secundário da dimensão cultural em suas estratégias, a RMC propôs ao FOCEM, em seu eixo voltado ao fortalecimento institucional, o projeto *A Comunicação Institucional do MERCOSUL Cultural*, mas tal proposta tampouco avançou (MERCOSUR/RMC/ACTA 02/2010/ANEXO V). Como explica Rodríguez-Patrinós (2014, p. 99), a implementação de projetos por meio do FOCEM envolve “*un complejo entramado de procedimientos*

---

<sup>5</sup> Atualizada pela decisão MERCOSUL/CMC/DEC. N° 22/14.

*administrativos, rigurosamente burocráticos, con insuficientes niveles de coordinación y poca visibilidad a nivel nacional*". Além de sua complexa estrutura burocrático-administrativa, a priorização de projetos voltados à infraestrutura regional e as limitações orçamentárias e operativas fazem com o FOCEM atenda apenas "uma parcela muito pequena das demandas por cooperação internacional dos inúmeros órgãos que compõem o bloco" (GRAZIANO; CAIXETA, 2021, p. 176).

Desse modo, a constituição de um fundo setorial voltado ao fortalecimento da cooperação cultural regional continuou a ser uma prioridade para a RMC e, em 2010, foi aprovada a criação do *Fundo MERCOSUL Cultural* (MERCOSUL/CMC/DEC. nº 38/10) para financiamento de iniciativas que "fomentem a criação, circulação, promoção, proteção e difusão dos bens e serviços culturais, bem como a diversidade das expressões culturais que efetivamente contribuam para o fortalecimento do processo de integração do MERCOSUL". Embora a decisão estabelecesse que a mesma deveria "ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 16/XII/2011", sua implementação não foi concluída. Como explica Graziano (2021), apenas a Argentina incorporou a norma em seu ordenamento jurídico até o presente momento, "o que reflete tanto a lentidão para a incorporação de normas relativas ao processo de integração regional pelos Estados membros quanto a não priorização da agenda cultural pelos órgãos executivos e legislativos nacionais".

## **5.2 Cooperação em políticas culturais e diplomacia cultural regional**

Uma das iniciativas da RMC voltadas à cooperação regional que mais avançou entre 2003 e 2015 foi o *Sistema de Informação Cultural do Sul* (SICSUR), o qual visa suprir a carência de dados sobre políticas culturais na região. Desde sua criação em 2006, o projeto resultou na construção de metodologias comuns, em ações de coleta e processamento de informação e na elaboração de informes sobre contas satélites,

institucionalidade e comércio exterior de bens culturais. Neste sentido, pode-se afirmar o SICSUR tem contribuído para enfrentar “*un problema histórico citado por Arizpe ([apud] 2001, 38) y Canclini ([apud] 2000, 91), el de la inexistencia de bases regionales de información cultural que permitan articular políticas conjuntas.*” (ZAMORANO; ULLDEMOLINS; KLEIN, 2014, p. 26).

Embora seja um dos projetos mais antigos da agenda da cultura no Mercosul, o *Selo Mercosul Cultural* (MERCOSUL/GMC/RES nº 122/96), criado com o objetivo de facilitar a circulação de bens e serviços culturais, não foi implementado ainda hoje. Somente a partir de 2008 o bloco avançou na definição dos procedimentos operacionais para sua entrada em vigor (MERCOSUL/CMC/DEC.nº33/08; MERCOSUL/CMC/DEC. nº30/09). Como demonstra a análise documental, a RMC realizou, desde então, inúmeras reuniões com distintos âmbitos técnicos do bloco para discutir as especificidades dos bens e serviços culturais. Além de esbarrar nas complexas disputas comerciais que envolvem harmonização de normativas e regulações aduaneiras, tal processo demonstra a dificuldade de implementação de projetos de cooperação cultural regional quando estes demandam envolvimento de outras áreas do bloco.

No que se refere à constituição de uma diplomacia cultural regional, ressalta-se a decisão da RMC de “[...] *desarrollar estrategias del bloque MERCOSUR Cultural para la participación en organismos internacionales y multilaterales*” (MERCOSUR/RMC/ATA 02/2009). Esse reposicionamento do Mercosul Cultural no contexto internacional se explicitou em decisões conjuntas e articulações que garantiram uma melhor inserção e maior protagonismo dos países do bloco nos espaços multilaterais. Tal diplomacia se beneficiou também de um cenário regional favorável em termos de política externa, no qual os governos nacionais buscaram fortalecer as coalizões com o Sul Global. A decisão de priorizar o Mercosul Cultural como espaço de articulação diplomática resultou, por exemplo, na coordenação de posições no âmbito da UNESCO, fortalecendo a defesa de interesses do bloco tanto no processo negociador para criação da Convenção sobre

diversidade cultural quanto posteriormente, em seu Comitê Intergovernamental. Destacam-se, ademais, a atuação da Comissão da Diversidade Cultural (CDC) para apoio à implementação da Convenção pelos países da região; e da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC) para cooperação em torno das candidaturas às listas do patrimônio mundial e imaterial. Fortaleceu, ainda, o posicionamento crítico dos países do bloco diante da desigual representação regional nos órgãos das convenções da UNESCO.

Tal estratégia regional resultou também na elaboração de uma proposta conjunta do Mercosul Cultural para o processo negociador da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (Rio+20), realizada no Rio de Janeiro, em 2012. Como resultado da *I Reunião de Altas Autoridades Sul-Americanas sobre Cultura e Sustentabilidade*, foi aprovada a *Declaração de São Paulo sobre Cultura e Sustentabilidade* (MERCOSUR/RMC/ACTA 1/2012/ANEXO 3), a qual introduziu no Mercosul Cultural o debate sobre os limites do desenvolvimento e cosmovisões como o *buen vivir/ vivir bien*, que vinham sendo articuladas pelos ministérios de cultura do Equador e da Bolívia. Propunha, ainda, a inclusão da cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável. A declaração foi encaminhada às chancelarias dos respectivos países, mas a proposta não chegou a ser incorporada aos documentos preparatórios para a Conferência, refletindo os desafios para o fortalecimento da integração cultural regional diante da predominância de uma concepção de desenvolvimento que ignora o papel constitutivo da cultura e destrói a diversidade cultural.

Embora a RMC tenha acordado a necessidade de elaboração de um *Plano Estratégico de Integração Cultural do Mercosul* (MERCOSUL/RMC/ATA 1/2011) para definir objetivos e metas de longo prazo, o mesmo não foi implementado no período analisado neste trabalho. Assim, apesar desses avanços em termos de construção do Mercosul tanto como espaço de cooperação cultural regional quanto como espaço estratégico de articulação para projeção global da região no campo da política cultural

internacional, o Mercosul Cultural não chegou a consolidar uma estratégia de longo prazo, a qual poderia garantir maior continuidade às iniciativas da RMC e consolidá-la como espaço prioritário de concertação político-diplomática.

### **5.3 Transversalidade ou invisibilidade da cultura na agenda do Mercosul?**

A priorização da dimensão social do Mercosul durante a onda rosa resultou na ampliação da estrutura institucional do bloco voltada ao desenvolvimento de projetos comuns. Para Bernal-Meza (2013, p. 08), a criação do *Programa Mercosul Social e Solidário* (2004), do Parlamento do Mercosul (2005) e das Cúpulas Sociais contribuíram para que a soberania adquirisse novos significados, estabelecendo a articulação entre “proyectos de integración y sistemas políticos democráticos; integración y paz; e integración y participación ciudadana”. Paikin (2019) entende que este processo de institucionalização das agendas sociais se aprofundou de maneira significativa no contexto da crise econômica global de 2008, o que levou ao distanciamento do debate até então muito influenciado pelo modelo europeu, centrado em temas como supranacionalidade e *déficit democrático*, para priorizar questões como o *déficit social* da integração. Neste período, foram criados o Instituto Social do Mercosul (ISM) em 2007; a Comissão de Ministros de Assuntos Sociais do Mercosul (CCMAS) em 2008; o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) em 2009; e a Unidade de Apoio à Participação Social em 2010.

A partir da CCMAS, órgão de coordenação das áreas sociais do Mercosul presidido pelos ministros e autoridades nacionais de desenvolvimento social, foi aprovado em 2011 o *Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul (PEAS)* (MERCOSUL/CMC/DEC. n° 12/11), instrumento de articulação e desenvolvimento de ações intersetoriais. Dentre seus 10 eixos, 26 diretrizes e 105 objetivos prioritários, a cultura aparece, de maneira mais



explícita, no Eixo V – *Valorizar y promover la diversidad cultural*. Este eixo está composto por duas diretrizes: (14) “Promover la conciencia de la identidad cultural regional, valorizando y difundiendo la diversidad cultural de los países del MERCOSUR, y de las culturas regionales”; e (15) “Ampliar el acceso a bienes y servicios culturales en la región y fomentar sus industrias culturales, favoreciendo el proceso de inclusión social y la generación de empleo e ingresos” (MERCOSUR/CMC/DEC. n° 12/11). Na diretriz 14, chama a atenção o fato de que, entre seus objetivos prioritários, apenas a Reunião de Ministros de Educação aparece como espaço de articulação para o fortalecimento de ações vinculadas à diversidade cultural, sem qualquer menção à RMC. É importante ressaltar, ainda, que o não envolvimento da RMC na redação inicial do documento se refletiu na desarticulação dos objetivos relacionados à cultura com relação às agendas e prioridades em debate naquele momento no âmbito do Mercosul Cultural.

A concepção de diversidade cultural limitada às políticas educacionais, em detrimento do amplo debate sobre políticas culturais voltadas à cidadania cultural e aos direitos culturais, refletiu-se na invisibilidade da RMC não apenas no PEAS, mas em outras iniciativas transversais das áreas sociais do Mercosul. Ao analisar a atuação da Comissão Permanente de Educação e Cultura em Direitos Humanos, vinculada à Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados (RAADH), Baumann (2020) conclui que o tema educativo é priorizado nas linhas estratégicas e documentos do órgão e que os direitos culturais não são abordados como matéria específica. Por outro lado, percebe-se a ausência de uma estratégia consolidada da RMC para aproximação com órgãos como a RAADH e o IPPDH, fundamentais para avançar no debate sobre direitos culturais, por exemplo.

Ainda assim, a aprovação do PEAS inaugurou uma etapa de participação ativa da RMC nas reuniões da CCMAS, o que propiciou uma maior aproximação com outros atores sociais do bloco. Como resultado desse diálogo, foram desenvolvidas iniciativas como o atlas *La Diversidad*

*de las expresiones culturales: Buenas Prácticas en el MERCOSUR.* No âmbito da Comissão do Patrimônio Cultural (CPC), a articulação com outros órgãos concretizou-se no desenvolvimento do *Proyecto Itinerario Cultural de las Misiones Jesuíticas Moxos y Chiquitos*, na criação da *Reunión Inter-plataformas sobre Prevención y Combate al Tráfico Ilícito de Bienes Culturales*, e na criação do Comitê Técnico sobre Patrimônio e Turismo.

O desafio de incorporação da cultura em projetos estratégicos do bloco demonstra a dificuldade de compreensão acerca da transversalidade e a predominância de uma visão limitada sobre a cultura. Por outro lado, a análise documental realizada revela também as dificuldades da própria RMC para construir essa articulação de maneira permanente e estratégica com outros órgãos, o que pode ser explicado, em parte, pelas limitações enfrentadas pelos ministérios e secretarias de cultura em termos orçamentários e de gestão. Diante dos escassos recursos para a implementação de políticas culturais e das precárias estruturas burocrático-institucionais, a agenda de integração regional acaba sendo relegada à segundo plano nos âmbitos nacionais. Assim, pode-se afirmar que, embora a RMC tenha conseguido consolidar uma agenda regional de políticas culturais, suas conquistas foram limitadas tanto pela invisibilidade e não priorização de seus projetos por outras reuniões especializadas e pelas instâncias político-diplomáticas do bloco quanto pela sua própria fragilidade institucional.

## **6. O não-lugar da cultura na integração regional Sul-americana**

Embora a priorização das agendas sociais tenha marcado o início de uma nova etapa do Mercosul no início do século XXI, os projetos políticos que conformaram o regionalismo pós-liberal (SANAHUJA, 2008) não chegaram a romper com o modelo de desenvolvimento que historicamente caracteriza a integração regional sul-americana, centrada

na ideia de progresso econômico e na exploração infinita da natureza e da vida. Desse modo, ao mesmo tempo que incorporavam reivindicações de grupos historicamente subalternizados, os projetos de integração deste período acabaram por reproduzir um padrão de poder que resulta em invasões a territórios ancestrais, expulsão forçada e outras violências (NICOLAO; JUANENA, 2014). Pode-se afirmar, portanto, que os limites que marcaram o Mercosul Cultural durante este período refletem não só os desafios que caracterizam o próprio projeto mercosulino, como sua natureza intergovernamental e sua complexa estrutura burocrático-administrativa, mas também o não-lugar da cultura nesta concepção de desenvolvimento e integração regional.

Como defende Escobar (2013), é preciso compreender o desenvolvimento tanto como um projeto econômico capitalista e imperial quanto cultural, já que é criado a partir de uma experiência particular da modernidade europeia e subordina as demais culturas e conhecimentos, aos quais são impostos princípios tais como a separação entre natureza e cultura e a primazia do conhecimento especializado com relação a outros saberes. O autor lembra que *“la creación de África, Asia y América Latina como ‘subdesarrollados’ ha involucrado un profundo proceso simbólico y material”* (ESCOBAR, 2013, p.18).

Como defende Vich (2014, p. 98), é preciso *“desculturizar a cultura”* para que seja possível compreendê-la como um novo poder e, sobretudo, *“para comenzar a tomar el poder desde la cultura”*. Ele defende que, contra toda essa lógica tecnocrática que desvincula o cultural do político, e o político do econômico, deve-se estrategicamente *“simbolizar lo político, democratizar lo simbólico”* (VICH, 2014, p. 98). É preciso, como sugere o autor, romper com a *esferização do mundo* e retomar a proposta de Raymond Williams de constituição de um *processo social total*, no qual *“la cultura no es un anexo o una esfera interesante, sino una trama donde se producen disputas cruciales sobre las desigualdades, sus legitimidades y las posibilidades de transformación”* (VICH, 2014, p. 41).

É essa compreensão da cultura como *trama* que deve ser apropriada na construção de caminhos alternativos para a integração regional, abrindo espaço para a produção de novas representações simbólicas, identitárias e sociais. Se a modernidade eurocêntrica compartimentalizou o saber e a política em esferas, uma estratégia de integração regional contra-hegemônica precisa partir justamente da compreensão de que a cultura é constitutiva e de que as esferas do econômico, do político e da cultura não existem de maneira separada. Para Vich (2014, p. 120), as políticas culturais “deben ser las encargadas de desidentificarse con el presente, de promover la descolonización, de recuperar algo del pasado y de cartografiar nuevos sentidos en la vida social”.

## **1. Conclusão**

A emergência do chamado ciclo progressista latino-americano na virada do século XXI resultou, no âmbito da integração regional, na transição para um tipo de regionalismo pós-hegemônico ou pós-liberal. No Mercosul, essas mudanças se refletiram na ampliação das agendas políticas e sociais. Os avanços que marcaram este período foram limitados, contudo, pela não ruptura com o horizonte capitalista colonial moderno e, mais especificamente, com o modelo hegemônico de desenvolvimento historicamente adotado pelo bloco.

Como discutido, durante o período 2003-2015, o Mercosul Cultural distanciou-se do caráter protocolar que caracterizava seus encontros para se consolidar como espaço privilegiado de cooperação cultural regional e de diplomacia cultural, a partir do qual buscou fortalecer seu protagonismo em espaços multilaterais. Todavia, a baixa institucionalidade da cultura nos âmbitos nacionais e sua não priorização nas agendas de políticas públicas limitaram as conquistas do Mercosul Cultural. Além dos desafios próprios das instituições culturais da região, a predominância de uma visão limitada sobre o lugar da cultura no projeto de integração regional resultou em sua contínua invisibilidade, mesmo em projetos transversais construídos nos

âmbitos sociais do Mercosul. As instâncias político-diplomáticas do bloco seguiram reproduzindo uma visão de diplomacia cultural limitada à noção de *soft power*, reforçando o distanciamento entre a retórica política e a prática das instâncias políticas.

Além disso, a estrutura organizativa do Mercosul e sua excessiva burocracia interna são fatores que devem ser considerados na análise dos desafios e limites do Mercosul Cultural. Isso se evidencia nos entraves que a RMC enfrentou para concretizar alguns de seus principais projetos quando estes demandam decisões de outros órgãos para sua implementação, como o Selo Mercosul Cultural e o Fundo Mercosul Cultural, que não entraram em vigor ainda hoje. A intervenção direta do CMC para a criação da RECAM, aprovada e estruturada fora da órbita do Mercosul Cultural, reflete também tais desafios.

O aprofundamento da integração cultural no Mercosul deve passar pelo fortalecimento institucional e pela implementação de um fundo próprio para o Mercosul Cultural, assim como pela construção de um plano estratégico de longo prazo e pela implementação de projetos de cooperação permanentes, os quais garantiriam maior transparência nos processos decisórios e menor suscetibilidade às mudanças políticas nacionais. Deve incluir, ainda, um planejamento intersetorial e a proposição de uma agenda de políticas culturais própria, pensada desde a realidade latino-americana e articuladas às experiências dos movimentos culturais da região, potencializando a projeção do Mercosul Cultural como ator relevante no campo da política cultural internacional, e consolidando, assim, uma diplomacia cultural regional.

Para além dos desafios relacionados ao âmbito específico do Mercosul Cultural, é preciso que autoridades políticas, academia e movimentos sociais se mobilizem em torno do debate sobre a centralidade da cultura para a integração regional e sobre os horizontes civilizacionais que devem orientar tal processo. A atual pandemia do Covid-19 expõe a impossibilidade de se concretizar a justiça social e a emancipação por meio da atual concepção de desenvolvimento imposta pelo capitalismo global,

baseada na exploração infinita da natureza e em sua apropriação como recurso. A construção de um projeto de integração regional alternativo precisa partir do questionamento da racionalidade eurocêntrica, da interconexão entre cultura e natureza e de novas relações entre poderes governamentais e sociedade. É justamente a partir do fortalecimento da integração cultural e da compreensão da cultura como dimensão constitutiva e como trama social que será possível descolonizar a integração sul-americana. Para tanto, é fundamental o fortalecimento do Mercosul Cultural e o reconhecimento de seu protagonismo como espaço de articulação e fomento do diálogo intercultural entre horizontes civilizatórios, cosmovisões e culturas diversos, a partir do qual poderá emergir um projeto de integração regional verdadeiramente autônomo e emancipador, capaz de articular alianças e projetos contra-hegemônicos desde o Sul global.

## 8. Referências

ARIZPE, Lourdes. Cultura , creatividad y gobernabilidad. In: MATO, Daniel (ed). **Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

BAUMANN, Alfonsina. Una mirada sobre las políticas públicas del MERCOSUR en materia de cultura. **Revista Integración y Cooperación Internacional**, n. 30, ene.-jun. 2020 pp. 13-24. DOI: <https://doi.org/10.35305/revistamici.v0i30.44>

BAYARDO GARCÍA, Rubén. Políticas culturales y derechos: entre la retórica y la realidad. RIPS. **Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas**, v. 9, n. 2, 2010, pp. 55-64. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/380/38017627005.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2022.

BERNAL-MEZA, Raúl. Modelos o esquemas de integración y cooperación en curso en América Latina (UNASUR, Alianza del Pacífico, ALBA, CELAC): una mirada panorámica. **Ibero-Online.de**, v. 12, jun. 2013. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/Alemania/iai/20161117032353/pdf\\_1393.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/Alemania/iai/20161117032353/pdf_1393.pdf) . Acesso em: 20 jun. 2022

CANCLINI, Néstor García. **Introducción, Políticas Culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano**. In: CANCLINI, Néstor García;

BONFIL, Guillermo (eds). Políticas Culturales en América Latina. México: Grijalbo, 2000. pp. 13-61.

ESCOBAR, A. **Una minga para el postdesarrollo**: Lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales. Bogotá: Ediciones desde Abajo, 2013. Disponível em: <https://opsur.org.ar/wp-content/uploads/2010/11/escobar-2010-unaminga.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

GRAZIANO, Valéria T.; CAIXETA, Marina B. A Cooperação Sul-Sul no MERCOSUL: um caminho para a integração regional autônoma. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 10, n. 1, p. 161-194, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2021.v10n1.p161-194>

GRAZIANO, Valéria T. Pandemia, Emergência Cultural e a Resposta do Mercosul: Reflexões sobre o Lugar da Cultura na Integração Regional Sul-Americana. **Carta Fomerco**, v. 1, n. 7, 21 jul. 2021. Disponível em: [https://www.fomerco.com.br/informativo/view?TIPO=8&ID\\_INFORMATIVO=230](https://www.fomerco.com.br/informativo/view?TIPO=8&ID_INFORMATIVO=230). Acesso em: 20 jun. 2022.

LESSA, Mônica L. Mercosul Cultural: caminho e perspectivas de 2003 a 2015. In: CARVALHO, Glauber; ROSEVICS, Larissa (orgs.). **Diálogos internacionais**: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Perse, 2017. p. 23-45.

LEITE, José Corrêa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena. (orgs.). **O eclipse do progressismo**: a esquerda latino-americana em debate. São Paulo : Elefante, 2018.

LIMA, Paulo André Moraes. A Convenção da Unesco sobre diversidade cultural e a agenda internacional da cultural. In: **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. MIGUEZ, Paulo, BARROS, José Márcio, KAUARK, Giuliana (orgs.). Coleção Cult. Salvador: EDUFBA, 2014. 284 pp. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16920/1/DIMENSOESDESAFIOSPOLITICOSDIVERSIDADEDECULTURAL\\_Repositorio.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16920/1/DIMENSOESDESAFIOSPOLITICOSDIVERSIDADEDECULTURAL_Repositorio.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

LO BRUTTO, Giuseppe; CRIVELLI, Eduardo. El panorama actual de la integración regional en América Latina. In: OJEDA MEDINA, Tahina; MUÑOZ; ECHART MUÑOZ, Enara (Comp.). **La cooperación Sur-Sur en América Latina y el Caribe**: balance de una década (2008-2018). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2019. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20190905075044/Cooperacion\\_SUR\\_SUR.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20190905075044/Cooperacion_SUR_SUR.pdf). Acesso em: 22 jun. 2022.

MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. n° 02/95**. Assunção, 1995.

MERCOSUL. **MERCOSUR/CMC/DEC. N° 9/95**. Punta del Este, 1995.

- MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. n° 11/96.** Fortaleza, 1006.
- MERCOSUL. **MERCOSUR/CMC/DEC n° 45/04.** Belo Horizonte, 2004.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. n° 33/08.** Costa do Sauípe, 2008.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. n° 30/09.** Montevideú, 2009.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. N° 38/10.** Foz do Iguazu, 2010.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. n° 12/11.** Assunção, 2011.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/DEC. N° 15/12.** Mendoza, 2012.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/CMC/ATA 02/ANEXO 2/2002.** Brasília, 2002.
- MERCOSUL. **MERCOSUR/CMC/ATA 01/2004/ANEXO 02.** Iguazú, 2004.
- MERCOSUL. **MERCOSUR/ CMC/ATA 02/2004/ANEXO 02.** Belo Horizonte, 2004.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/GMC/RES N° 122/96.** Fortaleza, 1996.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/GMC/RES. n° 34/92.** Brasília, 1992.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/RMC/ATA 02/2010/ANEXO V.** Rio de Janeiro, 2010.
- MERCOSUL. **MERCOSUR/RMC/ATA 02/2009.** Montevideú, 2009.
- MERCOSUL. **MERCOSUR/RMC/ACTA 1/2012/ANEXO 3.** Buenos Aires, 2012.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/RMC/ ATA 1/2011.** Assunção, 2011.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/RMC/ATA N° 02/2010.** Rio de Janeiro, 2010.
- MERCOSUL. **MERCOSUL/RMC/ATA n° 01/2004.** Puerto Iguazú, 2004.
- NICOLAO, Julieta; JUANENA, Mara; ¿Hacia una mayor visibilización de las demandas de los pueblos indígenas en el MERCOSUR? **Densidades**, n. 16; set. 2014, pp. 61-82. Disponível em: [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/34902/CONICET\\_Digital\\_Nro.3596cc9d-2d81-45f3-9700-9a586ee197c1\\_B.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/34902/CONICET_Digital_Nro.3596cc9d-2d81-45f3-9700-9a586ee197c1_B.pdf?sequence=5&isAllowed=y). Acesso: 20 jun. 2022.
- PAIKIN, D. La Cooperación Sur-Sur y la integración latinoamericana: una mirada desde el MERCOSUR. In: OJEDA, T.; MUÑOZ, E., E. (comp.). **La cooperación Sur-Sur en América Latina y el Caribe**: balance de una década (2008-2018) 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2019. Disponível em:



[http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20190905075044/Cooperacion\\_SUR\\_SUR.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20190905075044/Cooperacion_SUR_SUR.pdf) . Acesso em: 22 jun. 2022.

RADL, Alejandra. **La dimensión cultural, base para el desarrollo de América Latina y el Caribe**: desde la solidaridad hacia la integración. Documento de Divulgación 6. Buenos Aires: BID – INTAL: mar. 2000. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/publicacion/14589/la-dimension-cultural-base-para-el-desarrollo-de-america-latina-y-el-caribe-desde> . Acesso em: 21 jun. 2022.

RODRÍGUEZ-PATRINÓS, Paula. El MERCOSUR: nuevas formas de cooperación y coordinación política. In: AYLLÓN, Bruno P.; OJEDA, Tahina.; SURASKY, Javier. (coords.) **Cooperación Sur-Sur: Regionalismos e Integración en América Latina**, Madrid: Editorial Catarata/IUDC (UCM). 2014. 177 pp.

SANAHUJA, José Antonio. Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina. **Anuario de La Integración regional de América Latina y el Gran Caribe**, n. 7, p. 11-54. 31. dec. 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/83598963.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Refundación del Estado en América Latina**. Perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad; Programa Democracia y Transformación Global, 2010. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Refundacion%20del%20Estado\\_Lima2010.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Refundacion%20del%20Estado_Lima2010.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. São Paulo: Ed. Elefante, 2018.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (BR/2007/PI/H/1)**. Paris: Unesco 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150224?posInSet=2&queryId=ebd94a0b-c112-> . Acesso em: 20 jun. 2022.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (CLT.2002/WS/9)**. Paris: Unesco, 2001. Disponível em: [https://www.ghc.com.br/files/DIVERSIDADE\\_CULTURAL\\_UNESCO.pdf](https://www.ghc.com.br/files/DIVERSIDADE_CULTURAL_UNESCO.pdf) . Acesso em: 20 jun. 2022.

VICH, Victor. **Desculturizar la cultura**: La gestión cultural como forma de acción política. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

WORTMAN, Ana; LESSA, Mônica Leite. Ecos do Mercosul Cultural: políticas, ideias e práticas (2003-2015). **Sul Global**, v.1 n.2: p 127-152 , 2020. Disponível

em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/download/38327/pdf> . Acesso em: 20 jun. 2022.

ZAMORANO, Mariano.; RIUS ULLDEMOLINS, Joaquim; KLEIN, Ricardo. ¿Hacia un modelo sudamericano de política cultural? Singularidades y convergencias en Uruguay, Paraguay y Chile en el siglo XXI. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. (96), p. 5–34, abr. 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23722429?seq=1> . Acesso em: 20 jun. 2022.